

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Constituição Federal, art. 7, inciso XXVI
Consolidação das Leis do Trabalho – CLT
Art. 611 ao art. 625

“SESC/AR/RS SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO”

Período de vigência:

01-01-2021 até 31-12-2021

1.1 – Categoria econômica:

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, RS, na Av. Fenando Ferrari, 2001, bairro Anchieta, CEP 90.200-041, inscrito no CNPJ sob nº 03.575.238/0001-33, doravante denominado SESC/AR/RS, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Regional, Sr. Luiz Carlos Bohn, brasileiro, divorciado, administrador, portador do CPF número 062.673.430-49, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS

1.2 – Categoria Profissional:

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FESENALBAR/RS, estabelecida na av. Dr. Carlos Barbosa, nº 926, Medianeira (cep 90880-000), nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 05.208.719/0001-36, neste ato representado por seu Presidente, sr. ANTONIO JOHANN, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.119.500-49, residente e domiciliado nesta Capital/RS;

2 - DATA BASE E PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 – O prazo de vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho é de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

3 - CATEGORIA ABRANGIDA

3.1 - Categoria profissional: Os empregados do “SESC/AR/RS - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO”, vinculados por relação de emprego, no Estado do RGS.



4. - CONDIÇÕES AJUSTADAS

4.1.- EXAMES ESCOLARES

São consideradas faltas justificadas as decorrentes de exames ou provas obrigatórias que coincidirem com o horário de trabalho do empregado, a serem realizadas em cursos oficiais ou oficializados, desde que previamente comunicadas por escrito à entidade empregadora com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) e, no prazo de 72h (setenta e duas horas), comprovadas através de atestado expedido pelo respectivo estabelecimento de ensino.

4.2.- COMPENSAÇÃO HORÁRIA

A duração normal da jornada de trabalho dos empregados do **SESC/AR/RS** poderá ser acrescida de horas suplementares diárias pelo regime de banco de horas, sem acréscimo de adicional de horas extras.

4.2.1.- Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, renováveis a cada período de 180 (cento e oitenta) dias, inclusive nas atividades insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT.

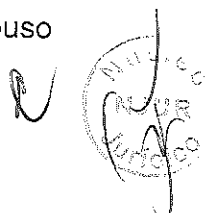
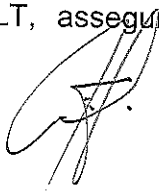
4.2.2.- Não serão descontadas nem acrescentadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 5 (cinco) minutos da jornada de trabalho, independente do regime de jornada. Se ultrapassado esse limite, será considerada a totalidade como acréscimo ou diminuição da jornada prevista.

4.2.3.- Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo 4.2.1, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor do salário na data da rescisão. Havendo saldo negativo, as horas serão descontadas na rescisão contratual, calculado sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

4.3.- INTERVALOS E DA DISPENSA DO REGISTRO

O intervalo entre um turno e outro de trabalho, para jornada superior a 6h, poderá ser de no mínimo 30 (trinta) minutos até 4 (quatro) horas, mediante acordo entre empregado e empregador.

4.3.1.- Os empregados ficarão dispensados de registrar nos cartões de ponto ou registros equivalentes o intervalo para alimentação e descanso pré-assinalado na forma do artigo 74, §2º, da CLT, assegurando o SESC o gozo do repouso



correspondente.

4.3.2.- Assegurado o repouso, o empregado não poderá reivindicar, sob nenhuma hipótese, remuneração de serviços extraordinários neste intervalo, passando a ser seu o ônus da prova de que tenha trabalhado no intervalo para refeição.

4.3.3.- Fica o SESC/AR/RS autorizado a manter o atual sistema de controle de jornada de trabalho dos servidores, em conformidade com a Portaria nº 373/2011, devendo, entretanto, disponibilizar aos empregados, quando solicitado, informação sobre qualquer ocorrência que ocasione alteração do pagamento mensal referente ao período em que for aferida a frequência.

4.4.- PROIBIÇÃO DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DO ESTUDANTE

Fica proibida, salvo a prorrogação temporária, a prorrogação do horário de trabalho excedente a jornada compensatória (se houver), do empregado estudante que, comprovando a sua situação escolar, expressar desinteresse na prorrogação de sua jornada de trabalho.

4.5.- FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O horário previsto contratualmente para a jornada normal de trabalho poderá ser flexibilizado, antecipando ou postergando o seu início, bem como os períodos de descanso durante a jornada, obedecidos os limites legais e a critério do SESC/AR/RS e anuência do colaborador, para atender necessidade do funcionário ou da atividade por ele desempenhada.

4.5.1.- A realização de horas suplementares obedecerá às mesmas regras definidas nas cláusulas 4.2.1, 4.2.2 e 4.13 do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

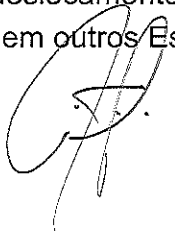
4.6.- PROIBIÇÃO DE COMPENSAÇÕES SALARIAIS

Não serão consideradas como aumento as alterações salariais decorrentes do término de aprendizagem, promoção por mérito ou antigüidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade, e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

4.7.- CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Desde que dispensados pelo SESC/AR/RS, os empregados poderão participar, sem prejuízo salarial, de cursos de aperfeiçoamento, visando o aprimoramento pessoal e profissional correspondentes ao cargo que exercem.

4.7.1.- Não será computado como hora trabalhada ou tempo à disposição do empregador o período necessário ao deslocamento de ida e volta da residência até o local do treinamento, caso se realize em outros Estados.



4.8.- DIRETORES DOS SENALBAs

Fica limitado a 3 (três) o número de diretores dos SENALBAs, empregados do SESC/AR/RS, em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

4.8.1.- Serão dispensados de assinatura ou registro de frequência ao trabalho os diretores dos **SENALBAs**, quando se afastarem para atender obrigações inerentes ao exercício do cargo sindical, sem prejuízo do salário, desde que previamente comunicado e realizada a comprovação até 48h (quarenta e oito horas) após, limitado a 30 (trinta) dias por ano, a partir dos quais poderá haver a licença sem remuneração.

4.9.- COMPROVANTE SALARIAL

O **SESC/AR/RS** fica obrigado a disponibilizar aos empregados, concomitante com o pagamento de seus salários, o acesso ao arquivo eletrônico, contendo as parcelas salariais com os respectivos descontos e o valor a ser depositado no FGTS.

4.10.- UNIFORME

O **SESC/AR/RS** fica obrigado a fornecer gratuitamente a seus empregados uniforme para o trabalho sempre que for exigido o seu uso exclusivo em serviço, devendo o(s) mesmo(s) ser(em) devolvido(s) em caso de rescisão do contrato de trabalho.

4.11.- QUEBRA DE CAIXA

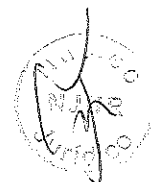
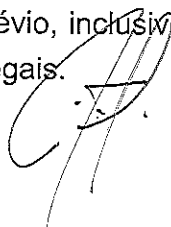
Os empregados que exercem única e exclusivamente o cargo ou função de "caixa", no **SESC/AR/RS**, receberão, mensalmente, a título de adicional de quebra de caixa, quantia equivalente a 10% (dez por cento) sobre o seu salário básico, ressalvados os direitos dos empregados que já usufruem a presente vantagem em condições superiores.

4.12.- CARTA-AVISO DA RESCISÃO CONTRATUAL

Sempre que a rescisão do contrato de trabalho for de iniciativa do empregador, este ficará obrigado a entregar para o empregado, carta-aviso, comunicando a rescisão do contrato de trabalho, sob pena de presumir-se que a despedida foi imotivada. No caso do empregado recusar a apor seu "ciente" na 2ª (segunda) via da carta-aviso, o fato será atestado por 1 (uma) testemunha para elidir a presunção.

4.12.1.- Quando o aviso prévio for indenizado, por força da Instrução Normativa nº 15/2010 do MTE, o último dia da data projetada do aviso deve ser anotada na página relativa ao Contrato de Trabalho; e nas anotações gerais deve ser registrada a data do último dia efetivamente trabalhado.

4.12.2.- O período referente ao aviso prévio, inclusive quando indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.



4.13.- ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

Permite-se a flexibilização do limite previsto no artigo 59 da CLT, podendo a jornada diária de trabalho ser acrescida de horas extras em número não superior a 3h (três horas), mantendo-se o acordo para compensação horária pelo regime de banco de horas previsto na cláusula 4.2 e subitens.

4.13.1.- A jornada laboral diária excedente a 10h (dez horas), desde que não seja objeto de compensação segundo a cláusula 4.2 e subitens, será remunerada com o adicional de 100% (cem por cento).

4.14.- SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

O empregado que substituir um colega de trabalho por prazo igual ou superior a 10 (dez) dias consecutivos terá o direito de receber o pagamento de salário do empregado substituído, excluídas as vantagens de natureza pessoal deste, proporcional aos dias de substituição.

4.15.- COMPROVANTE DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

No ato do pagamento das verbas rescisórias o **SESC/AR/RS** deverá entregar ao empregado, quando por ele expressamente solicitado, a relação de seus salários relativos ao período de até 48 (quarenta e oito) meses trabalhados, para fins de comprovação junto ao INSS.

4.16.- RAIS

O **SESC/AR/RS** deverá fornecer à **FESENALBA/RS**, para manutenção do controle da categoria profissional representada, cópia da "RAIS - Relação Anual de Informações Sociais", instituída pelo Decreto 76.900 de 23.12.75, até 30 (trinta) dias após o prazo legal de sua entrega.

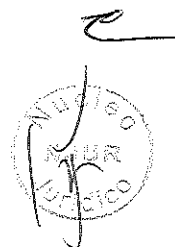
4.17.- MULTA

Caso o **SESC/AR/RS** descumprir obrigação de fazer prevista em Lei e/ou no presente Acordo Coletivo de Trabalho, pagará ao empregado prejudicado, multa equivalente a 10% (dez por cento) do seu salário.

4.18.- VALE REFEIÇÃO E/OU ALIMENTAÇÃO

O **SESC/AR/RS** fornecerá, mensalmente, a todos os seus empregados, vale-refeição ou vale-alimentação, em quantidade igual a de dias uteis no mês, no valor facial de **R\$ 26,00 (vinte e seis reais)** por dia, em uma das modalidades abaixo, conforme opção do empregado:

- 100% vale refeição ou
- 100% vale alimentação ou



- 50% vale alimentação e 50% vale refeição.

4.18.1.- A opção por uma das formas de recebimento ou a desistência do benefício poderá ser manifestada pelo empregado apenas uma vez ao ano, mediante a assinatura de termo próprio, em data a ser divulgada pelo SESC/AR/RS ou no ato de sua admissão.

4.18.2.- Para custeio deste benefício, o **SESC/AR/RS** arcará com 80% (oitenta por cento) do referido valor e os empregados com 20% (vinte por cento), descontado em folha de pagamento.

4.18.3.- A parcela aqui ajustada tem natureza indenizatória, não integrando salário para fins legais.

4.18.4.- Os vales refeição e/ou alimentação relativos aos dias de afastamento do trabalho, em razão das faltas e atestados médicos (doença) serão descontados em mês subsequente ao do recebimento do benefício.

4.19.- APOSENTADORIA

O empregado que contar mais de 1 (um) ano de serviço no **SESC/AR/RS** e comunicar, por escrito, que falta 1 (um) ano para implementar a sua aposentadoria por idade ou tempo de serviço, não poderá ser demitido, salvo por justa causa, a qual será suscetível de apreciação judicial.

4.19.1.- Perderá o direito a estabilidade provisória, aquele trabalhador que, ao término de um ano, não conseguir implementar a aposentadoria junto a Previdência Social.

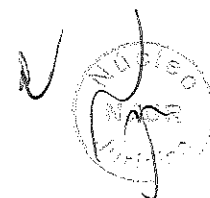
4.19.2.- A implementação desta condição ficará sujeita à comprovação do INSS.

4.20.- CONTRIBUIÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL - FESENALBA/RS

O SESC/AR/RS descontará dos empregados representados pela presente entidade sindical, anuentes ao acordo coletivo, desde que prévia e expressamente autorizarem por escrito, a devida contribuição de inclusão social em quantia equivalente a **2% (dois por cento)** da folha de pagamento do mês de março/2021 e de **2% (dois por cento)** da folha de pagamento do mês de agosto/2021, **limitado ao valor de R\$ 120,00 para cada parcela.**

4.20.1.- O recolhimento da Contribuição de Inclusão Social devida à FESENALBA/RS deverá ser efetuado em guia própria fornecida pela Federação e com vencimento, respectivamente, nos dias 12/04/2021 e 10/09/2021.

4.20.2.- Na hipótese do empregador deixar de descontar, sem justo motivo, e de proceder aos recolhimentos da Contribuição de Inclusão Social devidas à FESENALBA/RS, nos prazos fixados, pagará, além do valor devido, juros de 1% (um por cento) ao mês, e multa em quantia equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor total devido em favor da federação profissional.



4.21.- REAJUSTAMENTO SALARIAL

Em 1º de janeiro de 2021, os salários dos empregados do SESC/AR/RS, representados pela Entidade sindical acordante, serão majorados conforme os grupos e os percentuais abaixo, os quais incidirão sobre os salários vigentes até 31 de dezembro de 2020:

I – Empregados enquadrados nos **grupos 1 a 9 do PCS** de 2001 terão os salários majorados na razão de 3% (três por cento);

II - Empregados enquadrados nos **grupos 10 a 16 do PCS** de 2001 terão os salários majorados na razão de 2% (dois por cento);

4.21.1.- Além do reajuste previsto no caput dessa cláusula, os salários dos odontólogos serão automaticamente reajustados se durante a vigência deste Acordo Coletivo, ficarem em valor inferior ao mínimo da categoria. Na ocorrência dessa hipótese, o reajuste corresponderá ao percentual equivalente a diferença entre o salário reajustado em 1º de janeiro de 2021 e o salário mínimo da categoria.

4.21.2.- Os reajustes acima definidos serão concedidos igualmente aos empregados que fazem parte de Planos de Cargos e salários anteriores, respeitada a equivalência salarial com os grupos acima elencados.

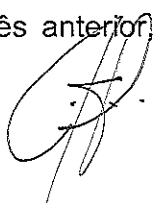
4.22. - DESCONTOS AUTORIZADOS

É permitido ao **SESC/AR/RS** descontar em folha de pagamento salarial dos seus servidores, qualquer valor, a qualquer título, desde que autorizado, por escrito, pelo servidor, valendo a presente autorização, independentemente de qualquer outra, por mais específica que seja.

4.22.1.- Prejuízos causados pelos empregados quando da execução de suas funções, lesão aos bens e patrimônio do SESC/AR/RS de modo intencional ou culposo, ou ainda, prejuízos decorrentes da inobservância às normas e aos regulamentos, serão indenizados ao SESC/AR/RS mediante desconto no salário, de uma só vez, ou em outra forma, a critério do empregador, respeitado cada desconto ao limite de 30% do salário, independente da autorização escrita prevista anteriormente, sendo garantido o contraditório em procedimento administrativo próprio.

4.23.- ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO

Entre os meses de janeiro e novembro de cada ano, por ocasião das férias, o **SESC/AR/RS** pagará a título de adiantamento da gratificação natalina metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior, desde que a antecipação seja solicitada em dezembro do ano anterior.



4.24.- CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

O **SESC/AR/RS** poderá contratar empregados, por prazo determinado, em qualquer das atividades que desenvolve, nos termos da Lei nº 9.601/98.

4.24.1.- O número de empregados que poderá ser contratado, na forma desta cláusula, é o previsto no artigo 3º da Lei nº 9.601/98, não podendo o número de empregados contratados por tempo determinado, em relação ao número dos contratados por prazo indeterminado, ultrapassar os percentuais previstos em Lei.

4.24.2.- O **SESC/AR/RS** ou o empregado que tomar a iniciativa de rescindir o contrato antes da data prevista para o seu término, sem justificativa aceita pela outra parte, pagará, a título de indenização, o percentual de 20% (vinte por cento) do valor que o empregado receberia se cumprisse o contrato até o seu final.

4.24.3.- No caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta cláusula, a parte ficará sujeita ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) do salário base do empregado, em se tratando do **SESC/AR/RS** e, de 1% (um por cento), em se tratando do empregado.

4.25.- CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

O **SESC/AR/RS** poderá contratar empregados sob o regime de trabalho intermitente, em qualquer das atividades que desenvolve, nos termos dos arts. 443 e 452-A da CLT.

4.25.1.- Aos empregados contratados na modalidade intermitente, fica assegurado o recebimento das verbas expressamente previstas da CLT, acrescido de vale refeição ou alimentação em quantidade correspondente aos dias trabalhados.

4.26.- SEGURO DE VIDA EM GRUPO

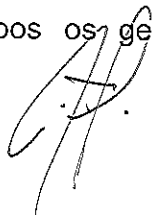
O **SESC/AR/RS** manterá seguro de vida com cobertura equivalente a 12 (doze) vezes o valor do salário do colaborador.

4.26.1.- O seguro de vida deverá contemplar o pagamento de reembolso funeral até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao(s) dependente(s) ou representante(s) legal(is).


4.27. – REEMBOLSO CRECHE

Aos empregados contratados sob o regime de tempo parcial ou integral que mantenham, comprovadamente, filhos de 04 (quatro) meses a 06 (seis) anos matriculados em pré-escola, farão jus ao valor do recibo que comprova o uso do benefício, limitado à importância de **R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)** por filho, até o limite de 02 (dois) filhos, desde que apresentem mensalmente ao **SESC/AR/RS** o recibo de pagamento da mensalidade.

4.27.1.- Na hipótese de ambos os genitores ou responsáveis legais pela(s)



N



criança(s) serem contratados do SESC/AR/RS, somente um deles terá direito ao reembolso.

4.28.- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O SESC/RS concederá adicional de insalubridade em grau médio, tendo por base de cálculo o salário mínimo nacional, para os ocupantes dos cargos de auxiliar de serviços gerais, auxiliar de carga e descarga, camareira e jardineiro.

4.28.1.- Aos funcionários ocupantes dos cargos referidos acima, fica permitida a prorrogação da jornada conforme o disposto na cláusula 4.2 do presente ACT.

4.29.- UTILIZAÇÃO DE TELEFONE CELULAR

A disponibilização de telefone celular pelo SESC/AR/RS aos seus funcionários, para prestar informações ou esclarecer dúvidas entre si ou prestadores de serviços, independente do dia da semana ou horário, não caracteriza o regime de sobreaviso e não enseja o pagamento do adicional de que trata o art. 244, §2º, da CLT.

4.30.- INICIO DAS FÉRIAS

Desde que por iniciativa expressa do empregado, permite-se a flexibilização da regra prevista no art. 134, §3º, da CLT, podendo o funcionário requerer ao SESC/AR/RS que o gozo de suas férias inicie nas 48h que antecedem feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

4.31.- COMPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO PREVIDENCIÁRIO

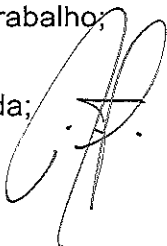
Aos empregados licenciados, por motivo de doença ou acidentário, cujo afastamento ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, com concessão de benefício previdenciário, será garantido pelo SESC/AR/RS complementação do benefício, o qual respeitará os seguintes critérios:

4.31.1.- Durante os primeiros 3 (três) meses de afastamento - 100% (cem por cento) da diferença entre o valor da sua remuneração e o benefício previdenciário, mediante apresentação de recibo de benefício do INSS, limitado a 2x (duas vezes) o teto do INSS.

4.31.2.- De 3 (três) meses e 1 (um) dia até 6 (seis) meses - 75% (setenta e cinco por cento) da diferença entre o valor da sua remuneração e o benefício previdenciário, limitado a 2x (duas vezes) o teto do INSS.

4.31.3.- Não farão jus a complementação os empregados:

- a) com contrato de trabalho a prazo determinado;
- b) com menos de 90 (noventa) dias de trabalho;
- c) em aviso prévio;
- d) em período de licença não remunerada;



e) a partir de 06 (seis) meses e 1 (um) dia de afastamento em auxílio previdenciário;
f) já beneficiados com as 6 (seis) parcelas do ano.

4.31.4.- Aos empregados licenciados por motivo de doença, cujo afastamento ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, e que já sejam aposentados e recebam o respectivo benefício do INSS, também farão jus à complementação do benefício nas mesmas condições dos itens 4.31.1 e 4.31.2. Nestes casos o período de afastamento deverá ser estabelecido por atestado, emitido por médico do trabalho, designado pelo SESC/AR/RS.

4.32.- TRABALHO AOS DOMINGOS

Fica autorizado o exercício do trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos em todas as unidades operacionais do SESC/AR/RS nos termos definidos nesta cláusula.

4.32.1.- Os funcionários do SESC/AR/RS serão designados para o expediente aos domingos e feriados em regime de plantão e mediante escala de revezamento, assegurado um domingo de descanso por mês.

4.32.2.- A carga horária da jornada diária e o horário de abertura e fechamento das unidades operacionais, aos domingos, serão definidos pela respectiva gerência conforme as peculiaridades e necessidades de cada localidade.

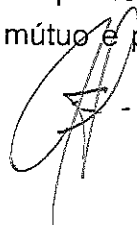
4.32.3.- Não haverá expediente nos domingos que recaiam nos feriados e/ou datas comemorativas do Dia da Paz Mundial – 1º de janeiro, Natal – 25 de dezembro, Dia das Mães, Dia dos Pais e Páscoa, ou outro a critério do empregador e conforme as peculiaridades locais, que serão comunicados aos trabalhadores com a devida antecedência.

4.32.4.- As exceções de abertura aos domingos estipulados no item 4.32.3 acima não se aplicam aos funcionários contratados para o labor nos hotéis, teatros, cafeterias e áreas das piscinas do SESC/AR/RS, bem como para os funcionários que se dedicam às atividades externas em projetos e eventos específicos.

4.32.5.- As horas trabalhadas aos domingos e feriados integrarão o regime de banco de horas para compensação em momento posterior, conforme o disposto no presente Acordo Coletivo de Trabalho.

4.33.- REDUÇÃO DA JORNADA E DE SALÁRIO

O SESC/AR/RS fica autorizado a negociar com seus funcionários a majoração ou a redução da carga horária para a qual foi inicialmente contratado, desde que estejam as partes em consentimento mútuo e preservado o valor/hora do respectivo cargo para fins de remuneração.



4.34.- DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DOS EMPREGADOS ADVOGADOS

Conforme preceitua o artigo 20, da Lei nº 8.906/94, os empregados que exercem o cargo de advogado possuem dedicação exclusiva com o SESC/AR/RS.

4.34.1.- Diante da dedicação exclusiva dos empregados advogados, não são devidas as horas extras além da 4ª hora diária, tendo em vista jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

4.34.2.- Os empregados advogados estão igualmente submetidos ao regime de banco de horas estabelecido no presente acordo coletivo.

Porto Alegre/RS, 22 de janeiro de 2021



Luiz Carlos Bohn
Presidente do Conselho Regional do SESC/AR/RS
CPF 062.673.430-49



Antonio Johann

Presidente da FESENALBA/RS
CPF 078.119.500-49



AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR003520/2021

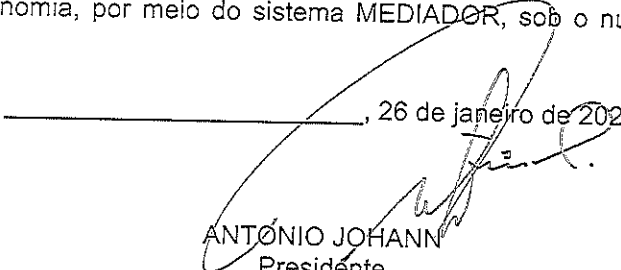
FEDERACAO DOS EMPREG.EM ENT.CULT.RECR.DE ASSIST.SOC. DE ORIENT. E FORM. PROF.DO EST. DO RGS, CNPJ n. 05.208.719/0001-36, localizado(a) à Avenida Doutor Carlos Barbosa - lado par, 608, Casa, Medianeira, Porto Alegre/RS, CEP 90880-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOHANN, CPF n. 078.119.500-49, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 13/01/2021 no município de Porto Alegre/RS;

E

SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL , CNPJ n. 03.575.238/0001-33, localizado(a) à Avenida Fernando Ferrari - lado ímpar, 2001, Anchieta, Porto Alegre/RS, CEP 90200-041, representado (a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). LUIZ CARLOS BOHN, CPF n. 062.673.430-49

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR003520/2021, na data de 26/01/2021, às 11:06.

, 26 de janeiro de 2021.



ANTONIO JOHANN
Presidente

FEDERACAO DOS EMPREG.EM ENT.CULT.RECR.DE ASSIST.SOC. DE ORIENT. E FORM. PROF.DO EST. DO RGS



LUIZ CARLOS BOHN
Presidente

SESC - ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Recibo Eletrônico de Protocolo - 13500832

Usuário Externo (signatário): Antonio Johann
IP utilizado: 179.219.195.7
Data e Horário: 04/02/2021 17:00:57
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 10264.100808/2021-81
Interessados:

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- **Documento Principal:**
 - Requerimento de Registro de Acordo Coletivo de Trabalho 13500818
- **Documentos Complementares:**
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/CX 13500820
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/CA 13500821
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/LIVR 13500824
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/PF 13500826
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/PEL 13500827
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/SR 13500829
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/SA 13500830
 - Complemento PROCURAÇÃO SENALBA/RS 13500831

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Economia.